Emendas do Senado ao Projeto de Leisenção de tributos federais para a doação de medicamentos à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, às santas casas de misericórdia, à Cruz Vermelha Brasileira e a entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021".

## Emenda nº 1 (Corresponde à Emenda nº 2 – Plen)

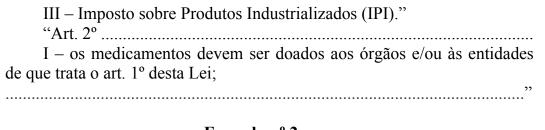
Dê-se à ementa, ao art. 1º e ao inciso I do **caput** do art. 2º do Projeto a seguinte redação:

"Estabelece a isenção de tributos federais para a doação de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública."

- "Art. 1º Ficam isentas de tributos federais, nos termos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), as doações de medicamentos aos órgãos da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e às entidades reconhecidas como de utilidade pública.
- § 1º Para os fins desta Lei, consideram-se entidades de utilidade pública:
- I entidades beneficentes certificadas na forma da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021;
- II organização social de que trata a Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;
- III organização da sociedade civil de interesse público de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e
- IV organização da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
- § 2º A isenção de que trata o **caput** deste artigo abrange os seguintes tributos:
- I contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep);
- II Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
  (Cofins); e







## Emenda nº 2 (Corresponde à Emenda nº 3 – CAS, de redação)

Dê-se ao art. 6º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 6º O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto nesta Lei."

## Emenda nº 3 (Corresponde à Emenda nº 1 – Plen)

Acres	scente-se o	seguinte	e pa	ragraio ur	1100	ac	art. 6° do .	Projet	0:		
	"Art. 6°										
	Parágrafo	único.	O	controle	e	a	fiscalizaçã	ão da	as doac	ções	de
medicamentos realizadas nos termos desta Lei serão efetuados nos termos											
do re	gulamento	,,									

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre Presidente do Senado Federal

